

Da Ausência à Evidência: notas teórico-críticas sobre o Princípio da Ausência, Epistemicídio e Reparação Epistêmica em bibliotecas e Biblioteconomia¹

From absence to evidence: theoretical-critical notes on the Principle of absence, Epistemicide and Epistemic reparation in libraries and Librarianship

Franciéle Carneiro Garcês da Silva

Doutoranda em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, MG, Brasil; Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação, da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, SC, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2828-416X>

E-mail: francigarces@yahoo.com.br

Rubens Alves da Silva

Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo – USP, SP, Brasil; Professor Associado da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, MG, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1516-0683>

E-mail: rubssilva@gmail.com

Resumo

O presente artigo discute a influência do princípio da ausência e do epistemicídio do conhecimento negro na construção de acervos em bibliotecas e unidades de informação e a formação de pessoas bibliotecárias. O referencial teórico está embasado na literatura científica do campo biblioteconômico-informacional, aliado à filosofia, artes, educação e ciências sociais para refletir sobre o princípio da ausência, de Grada Kilomba, o epistemicídio, de Sueli Carneiro e Boaventura Sousa Santos, e o *apartheid* epistêmico, de Reiland Rabaka como elementos propagadores da racialidade branca em bibliotecas, formação e espaços de informação. Ao final, em prol da reparação epistêmica em bibliotecas e formação bibliotecária, são apresentadas três estratégias de combate às injustiças epistêmicas (FRICKER, 2007, 2013) e ausência do conhecimento negro.

Palavras-chave: Princípio da ausência. Epistemicídio. *Apartheid* epistêmico. Reparação Epistêmica. Biblioteconomia. Bibliotecas.

Abstract

This paper discusses the influence of the principle of absence and epistemicide of black knowledge in the construction of collections in libraries and information units and the training of librarians. The theoretical framework is based on the scientific literature of the library-informational field, combined with philosophy, arts, education and social sciences to reflect on the principle of absence, by Grada Kilomba, epistemicide, by Sueli Carneiro and Boaventura Sousa Santos, and *apartheid*. epistemic, by Reiland Rabaka as propagating elements of white raciality in libraries, training and information spaces. Finally, for the sake of epistemic repair in libraries and library training, three strategies are presented to combat epistemic injustices (FRICKER, 2007, 2013) and the absence of black knowledge.

Keywords: Principle of absence. Epistemicide. Epistemic *apartheid*. Librarianship. Libraries. Epistemic reparation.

¹ Este artigo traz um recorte da pesquisa de doutorado intitulada *Epistemologias Negro-Africanas em Biblioteconomia e Ciência da Informação: um olhar da Teoria Crítica Racial*, apresentada no ano 2022 ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

1. Introdução

Ao longo do tempo, teóricos do campo dos estudos étnico-raciais e estudos biblioteconômico-informacionais têm problematizado a invisibilidade da raça e o racismo em universidades, bibliotecas e unidades de informação. Ao contar a história de como encontrou Frantz Fanon ao longo de sua trajetória acadêmica e sobre a ausência da obra *Pele Negra, Máscaras Brancas* nas bibliotecas de Lisboa nos anos 1990, Grada Kilomba traz para debate o princípio da ausência. Conforme a autora, este princípio se apresenta quando “algo que *existe* é tornado ausente [...], e por isso, deixa de ter uma existência real” (KILOMBA, 2020, p. 12, grifo da autora). Em suas reflexões, Kilomba postula o princípio da ausência como base para o racismo, haja vista que a produção de pensadores, pesquisadores e intelectuais negros e negras é tornada ausente nos ambientes acadêmicos e nas bibliotecas, o que resulta na propagação de um pensamento hegemônico branco-eurocentrado assumido como universal.

Kilomba compreende que o princípio da ausência torna “algo censurado, proibido, que se oculta à vista e ao conhecimento. Algo que não deve existir no mundo da *branquitude*. Na biblioteca, Frantz Fanon não existia, e assim eu também não” (KILOMBA, 2020, p. 14, grifo da autora). O princípio da ausência torna os espaços *brancos* e a *branquitude* é assumida como norma universal. A *branquitude* se refere à “identidade racial branca, [...] se constrói e reconstrói histórica e socialmente ao receber influência do cenário local e global [...]”, conforme infere Lourenço Cardoso (2010, p. 611). Tal norma e normalidade brancas concretizam os lugares de enunciação (NASCIMENTO, 2021), os quais indicam quem pode representar e abordar sobre seu lugar de sujeito e quem é considerado humano nas sociedades racializadas (KILOMBA, 2020).

A partir desta reflexão, este artigo tem como objetivo debater sobre o princípio da ausência (KILOMBA, 2020) aplicado em bibliotecas e unidades de informação e sua consequência: o *apartheid* epistêmico (RAKABA, 2010) e o epistemicídio (SANTOS, 1995; CARNEIRO, 2005) do conhecimento de pessoas negras e da diáspora africana nesses espaços.

Metodologicamente, trata-se de um artigo teórico, de cunho qualitativo, sem recorte temporal, advindo da literatura científica (livros, artigos, capítulos de livros) do campo biblioteconômico-informacional, Educação, Ciências Sociais, Antropologia e Estudos Étnico-raciais e Decoloniais.

Para tanto, a referida reflexão está estruturada inicialmente com uma introdução, a qual apresenta o objetivo do estudo, seguida da seção que discute o racismo e o princípio da ausência, de Grada Kilomba dentro da Biblioteconomia, especificamente refletindo sobre três categorias: a universidade, a biblioteca e a formação bibliotecária, as quais colaboram para a ausência de reflexões negras e de populações subordinadas às margens na pesquisa, nos acervos e na atuação profissional. O artigo encerra com a reflexão sobre o *apartheid* epistêmico, de Reiland Rabaka, e propõe como alternativa à injustiça epistêmica (FRICKER, 2007, 2013) a reparação epistêmica nas esferas supracitadas.

2. Racismo e o Princípio da Ausência na Biblioteconomia

O racismo é entendido pelos teóricos críticos da raça como algo normalizado e não uma exceção dentro das sociedades, dentre as quais podemos citar a brasileira e norte-americana. Miles e Brown (2004, p. 84, tradução nossa) nos trazem a concepção de que o racismo é uma ideologia que “afirma ou assume a existência de ‘raças’ separadas e discretas e atribui uma avaliação negativa de uma ou algumas dessas supostas ‘raças’”. Richard Delgado e Jean Stefancic (2021, p. 33) entendem que o racismo “é a regra e não a exceção – é a ‘ciência normal’, a maneira habitual por meio da qual a sociedade opera”. Enquanto isso, na *Encyclopedia of Race, Ethnicity, and Society*, o racismo “significa acreditar que o comportamento de uma pessoa é determinado por características herdadas estáveis derivadas de linhagens raciais separadas; cada um desses atributos distintos é então avaliado em relação às ideias de superioridade e inferioridade.” (GHANI, 2008, p. 1113, tradução nossa). Há uma construção social de superioridade entre grupos de pessoas, resultante de diversos fatores (sociais, políticos, econômicos, etc.) fomentadores de poder para alguns grupos em detrimento de outros (GHANI, 2008).

A ideia de raça propagada nos séculos anteriores foi elemento propulsor do imaginário social que atribui suposta superioridade racial branca e inferioridade racial de grupos étnico-raciais não-brancos, como negros e indígenas (MUNANGA, 1990, 2004; COATES, 2015). Em muitos contextos, o racismo e a branquitude – entendida aqui como identidade étnico-racial de pessoas brancas e os privilégios atribuídos a esse grupo racial (CARDOSO, 2010) – estruturam relações interpessoais, de trabalho, políticas, educacionais, dentre outras. Dentre esses contextos, podemos citar a universidade e a biblioteca, sobretudo por suas construções

históricas, as relações de poder estabelecidas – em especial, institucionais e epistêmicas – e por serem reflexos das sociedades as quais se inserem.

No contexto internacional, Todd Honma (2005, 2017, 2021) questionou o porquê ainda existem acadêmicos e estudantes que não abordam de forma aberta e honesta as questões de raça e racismo no campo biblioteconômico-informacional. O autor entende que ao não debater raça e racismo, o campo acaba por limitar o discurso ao “multiculturalismo” e à “diversidade”, ao invés de assumir o quanto a Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) são flagrantemente brancas e que existe urgência em discutir branquitude e privilégio racial branco nos espaços formativos e de atuação de pessoas bibliotecárias para que se mude esse cenário.

Para Honma, o campo biblioteconômico-informacional ainda não acompanhou as discussões teóricas e debates sobre raça e racismo, o que traz como consequência o estabelecimento de uma cegueira racial (HONMA, 2005; BONILLA-SILVA, 2020), a qual ignora os impactos desses elementos raciais na formação de profissionais e na construção de acervos plurais em bibliotecas e unidades de informação. Desse contexto, parte a necessidade de compreensão de preconceitos históricos, culturais, sociais e raciais que moldaram e construíram as bibliotecas e a BCI ao longo do tempo, e acabaram por ocultar que as bibliotecas são espaços de normatividade racial branca (HONMA, 2005).

Anastasia Chiu, Fobazi M. Ettarh e Jennifer A. Ferretti (2021) complementam a crítica ao campo refletindo sobre a crença de que a biblioteca é compreendida como “templo”, “lugar sagrado” e “santuário”. Dentro da biblioteca e na literatura científica do campo se solidificou a ideia de que, ao existirem, as bibliotecas criam naturalmente a democracia, aprendizado e civilização, e o trabalho bibliotecário assumiria essa posição. Dessa forma, a narrativa é de que tudo feito por pessoas bibliotecárias é bom porque as bibliotecas são tidas como lugares sagrados e bons, sem erros. A esse contexto, as autoras denominaram *admiração vocacional*. No entanto, tal narrativa não contribui para o pensamento e exercício profissional críticos. A ideia que se tem das bibliotecas como lugares inerentemente bons e justos e as pessoas bibliotecárias como inerentemente boas acaba por agregar à admiração vocacional os valores da neutralidade profissional, ao mesmo tempo em que contribui para retirar a responsabilidade social da pessoa bibliotecária (CHIU; ETTARH; FERRETTI, 2021). Ou seja, neutralidade profissional – definida por Chiu, Ettarh e Ferretti (2021, p. 49, tradução nossa) como “o estado de não apoiar ou ajudar nenhum dos lados em um conflito, desacordo ou guerra” – significaria, neste contexto, que o exercício profissional e a biblioteca não “tomam partido” em nenhum dos

lados, mas sim que englobaria automaticamente toda a pluralidade de conhecimentos, pois é considerada naturalmente diversa. Nesse sentido, tanto a admiração vocacional quanto a neutralidade profissional são consideradas valores da Biblioteconomia, mas não são desafiadas dentro da literatura científica do campo. Sobretudo, não se desafia os laços historicamente hegemônicos que transformam a biblioteca e a Biblioteconomia como instrumentos de promoção da ideologia da supremacia racial branca (CHIU; ETTARH; FERRETI, 2021).

Como a cultura da Supremacia Branca é a base da paisagem da biblioteconomia, e a admiração vocacional e a neutralidade são indiscutivelmente dois de seus pilares mais importantes, as premissas, crenças e políticas nascidas desses valores são vistas como a norma, em vez de coisas a serem desafiadas e, em última análise, transformadas. (CHIU; ETTARH; FERRETI, 2021, p. 50, tradução nossa).

Dessa forma, a injustiça epistêmica (FRICKER, 2007; 2013) se apresenta, especialmente, na dominância do pensamento hegemônico branco na literatura do campo, e acaba por promover o princípio da ausência (KILOMBA, 2020) de outras lentes teóricas de sujeitos colocados às margens, notadamente o conhecimento de pessoas negras, indígenas, mulheres e população LGBTQIA+ (SILVA; GARCEZ; SILVA, 2022). Ademais, exclui outros campos de estudos com os quais a BCI poderia aprender e consolidar diálogos que combatam tais ausências epistêmicas, como Estudos Étnico-raciais, Estudos Decoloniais e Pós-Coloniais, Estudos de Gênero e Mulheristas etc. Entretanto, devido à predominância do pensamento hegemônico, assume-se a inexistência desses outros saberes e contra-narrativas, tornadas ausentes mesmo quando existentes. Para que haja uma mudança desse contexto, a Biblioteconomia precisaria evoluir para ser um campo que apoia as pessoas que trabalham nas bibliotecas, mas também capacita e transforma comunidades colocadas à margem e, sobretudo, promovendo valores democráticos e de justiça social (MEHRA; ALBRIGTH; RIOUX, 2007; MEHRA, 2015; CHIU; ETTARH; FERRETI, 2021).

Ao voltarmos nosso olhar para o Brasil, historicamente o país descende de processos históricos de colonização e escravidão que deixaram traumas históricos, políticos, psicossociais, educacionais e coloniais nas populações de origem africana e indígena (POMPEU, 2008; OLIVEIRA, 2017; SILVA, 2017). Com uma elite dominante e predominantemente branca, a sociedade brasileira usa de dispositivos de racialidade (CARNEIRO, 2005; SILVA, 2019) que restringem as populações não-brancas de espaços de poder e decisão, ao mesmo tempo em que privilegia dentro da estrutura social quem é “lido” como uma pessoa branca e quais conhecimentos serão adotados como autoridades epistêmicas nas áreas do conhecimento.

Ao repetir o padrão ocidental de hierarquia racial e epistêmica, o princípio da ausência passa a integrar diversos setores do ambiente universitário, indo desde o ensino, passando pelas epistemologias evidenciadas até chegar à *práxis* exercida pelos profissionais. Nosso entendimento é de que a universidade brasileira exerce esse princípio da ausência, pois *deriva de e representa uma* sociedade colonial e racializada que foi estruturada nas bases de teorias eugenistas (KEHL, 1919, 1923; MACIEL, 1999), as quais estabeleceram o racismo e a raça como elementos de solidificação do imaginário social brasileiro sobre populações não-brancas.

Os privilégios raciais, quais sejam simbólicos, materiais e/ou imateriais (SCHUCMAN, 2014), permitem o desenvolvimento e ascensão do grupo racial branco (dominante) propagando seu discurso nas esferas do currículo, ensino, pesquisa, extensão e atuação profissional, assumindo a universalidade da intelectualidade branca, ao mesmo tempo que exerce a abstração dos conhecimentos de outros grupos étnico-raciais que foram dominados e colonizados.

Nesse sentido, refletiremos sobre as três categorias supracitadas: a *universidade* onde os conhecimentos científicos são validados; a *biblioteca* na qual os recursos informacionais são organizados, mediados e disseminados; e, por fim, a *formação profissional*, onde a consciência para as questões étnico-raciais e pluralidade de saberes inseridos no conteúdo formativo incentivarão ou não a atuação para a promoção da luta antirracista e reparação epistêmica de populações historicamente marginalizadas na produção do conhecimento na academia e nas bibliotecas.

Pensando na primeira esfera, o histórico da universidade brasileira denuncia que essa instituição funciona sob um estado de exceção epistêmica, haja vista que exclui diversos saberes de povos não-europeus sem pensar na possibilidade de novas pedagogia e educação interculturais (CARVALHO, 2018; FLEURI, 2001). Para Carvalho (2018), a Universidade requer uma reconstrução radical que promova a luta contra o racismo e contra as injustiças social e cognitiva – e, aqui, indicamos também: contra a injustiça informacional (DE CLERCQ; SARIDAKIS, 2015) e injustiça epistêmica (FRICKER, 2007, 2013).

A orientação para o (re)conhecimento da pluralidade de saberes parte de promovermos os “sujeitos e conhecimentos que buscam, interpretam, indagam, produzem e fazem a disputa por outras narrativas” negras e diaspóricas que constituem a “diversidade epistêmica no campo do conhecimento científico eivadas de aprendizados construídos na história e nas práticas e experiências culturais, políticas e sociais, que fazem parte dos processos de pluralidade interna e externa da ciência.” (CARVALHO, 2018, p. 272).

Essa promoção do debate racial e contra-narrativas insurgentes se apresenta na literatura científica do campo a partir de pessoas pesquisadoras e profissionais brasileiras que refletem (dentre outros enfoques) sobre as ações desenvolvidas com vistas à aplicação da Lei n.º 10.639/2003 pelas bibliotecas escolares (SILVA; BERNARDINO; SILVA, 2014; CURVO, 2021), biblioteca pública e identidade étnico-racial negra e quilombola (FERREIRA; MACHADO, 2018), na formação bibliotecária e nas práticas docentes em Biblioteconomia e Ciência da Informação para questões étnico-raciais (SILVA; PIZARRO; SALDANHA, 2017; SILVA, 2019a,b), inclusão de pessoas negras na Sociedade da Informação (AQUINO; SANTANA, 2010; SANTANA; AQUINO, 2009), a produção científica sobre as pessoas negras em evento nacional da área (VALÉRIO; BERNARDINO; SILVA, 2012), construção de acervos voltados para a questão étnico-racial (LIMA; SILVA; COSTA; SILVA; SOUZA, 2018), filosofia africana e o pensamento ético-político (VASCONCELOS, 2017) e informação étnico-racial (SOUSA; ALBUQUERQUE, 2015).

Apesar dessa gama de debates científicos no campo abarcar o desafio político-epistêmico de confrontar as narrativas hegemônicas, o contexto acadêmico permanece como palco do epistemicídio do conhecimento negro e outros grupos étnico-raciais. O epistemicídio é conceitualmente definido como dispositivo de racialidade que atua enquanto instrumento operacional de solidificação hierárquica racial legitimador do conhecimento produzido pelo grupo racial dominante e deslegitimador do conhecimento oriundo de grupos colonizados e suas contra-narrativas ao padrão colonial-imperialista-capitalista-patriarcal de mundo (SANTOS, 1995; QUIJANO, 2000; CARNEIRO, 2005).

As marcas do epistemicídio dentro do contexto acadêmico se apresentam: a) no silenciamento forçado sobre a discussão racial e sobre colonialismo na ciência, pesquisa e esferas acadêmicas em BCI; b) apagamento e/ou exclusão de autorias negras, mulheres, indígenas e LGBTQIA+ na construção de acervos e currículos de cursos; c) violência intelectual e epistêmica contra pessoas negras e indígenas, via inferiorização do conhecimento por elas produzido; d) dependência epistêmica da produção intelectual criada pela ciência e grupo racial dominante do norte global para validação de conhecimentos produzidos no sul global; e, por fim, e) a utilização da (pseudo)neutralidade acadêmica e profissional para retirada de responsabilidade social de docentes e profissionais de Biblioteconomia do compromisso ético-político para com a justiça social e informacional de povos em vulnerabilidades informacionais, sociais, educacionais, históricas e econômicas (MILLER, 1999; MEHRA, 2015; SILVA, 2020; SILVA; GARCEZ; SILVA, 2022).

Partindo para a segunda esfera, as bibliotecas podem ser compreendidas como espaços de propagação de ideologias tecno-capitalistas, nos quais os discursos da tecnologia da informação são usados para perpetuar noções modernistas de informação e lógicas de consumo (PYATI, 2006). Tal fato demanda da pessoa bibliotecária um exame crítico de sua atuação e da sua área, de forma a buscar alternativas que enfrentem ideologias que visem estabelecer uma percepção acrítica de atuação profissional com o foco para mercado e para o uso de novas tecnologias, em detrimento do real entendimento do porquê as bibliotecas existem: para as pessoas.

Quando afunilamos o debate para o debate racial nas bibliotecas, em especial, na biblioteca pública, há difusão e representação de conflitos socioculturais e ideológicos que fomentam o racismo e a estrutura de exclusão dos sujeitos negros, suas epistemes, reflexões e conhecimentos, conforme infere Francilene Cardoso (2015). Nesse sentido, a biblioteca pública é entendida como um palco que sustenta as estruturas racializadas, tornando ausentes a memória de populações negras e indígenas via exiguidade de recursos informacionais e materiais bibliográficos com conhecimentos sobre a história memória e as contribuições de povos historicamente invisibilizados na produção intelectual e científica no país (CARDOSO, 2015; TANUS; TANUS, 2020). Tais ausências de informações sobre aspectos econômicos, sociais, educacionais, informacionais, sociabilidades e demais esferas do cotidiano dessas populações, contribuem para “matar o conhecimento” – leia-se epistemicídio (SANTOS, 1995; CARNEIRO, 2005) – dos povos negros e consolidar as hierarquias raciais por intermédio da legitimação de conhecimentos produzidos por grupos dominantes e seus sujeitos (CARDOSO, 2015).

Na biblioteca, o epistemicídio – para além das interferências que fazem parte do contexto acadêmico – unido ao imaginário social sobre as populações negras e marginalizadas interferem na construção de acervos que promovam a diversidade epistêmica (CARVALHO, 2018) nesses espaços. Apesar de sermos conscientes dos entraves diuturnamente vivenciados por pessoas bibliotecárias atuantes em bibliotecas para obtenção de recursos informacionais via compra, doação ou permuta visando compor os acervos das bibliotecas brasileiras, estudos revelam que o debate étnico-racial se encontra escamoteado ou excluído dos acervos, formação e atuação profissional no campo.

Em pesquisa voltada para análise da literatura afro-brasileira em acervos de bibliotecas públicas, Gustavo Tanus e Gabrielle Francinne Tanus (2020) encontraram 981 títulos, nos quais

predominou a produção de conhecimentos de autoria masculina e branca. As pessoas autoras inferem que a biblioteca pública é um espelho que reflete o silenciamento, preconceito e racismo da sociedade em prol de manter a branquitude como dominante. A ausência das produções intelectuais, científicas e literárias de pessoas negras em bibliotecas restringe a representatividade dessas pessoas em acervos, assim como compromete as ações bibliotecárias de mediação e formação de leitores (TANUS; TANUS, 2020). Gabrielle F. Tanus e colaboradores (2020) refletem sobre as bibliotecas públicas do estado da Bahia e como estas ainda estão apartadas da comunidade, haja vista que não enfocam em fornecer recursos informacionais para seu público potencial via tecnologias da informação e comunicação, somente disponibilizando para aquelas pessoas frequentadoras dos espaços da biblioteca. Com relação aos acervos, as pessoas autoras relatam a ausência de livros de literatura afro-brasileira nas referidas bibliotecas públicas, o que compromete a representatividade da população negra, assim como o interesse pela biblioteca pública como um espaço de transformação social e aquisição de conhecimentos plurais.

Em complemento a essa perspectiva, Ana Carine de Jesus, Iara Moraes e Lais Hellen Macedo (2018) advogam sobre a importância da inserção de obras de literatura de autoria de mulheres negras nos acervos das bibliotecas públicas do estado de São Paulo. Ao analisarem nove bibliotecas municipais do referido estado, identificaram a ausência do debate racial na construção da política de desenvolvimento de coleções das bibliotecas, assim como na representação de autoras negras em obras do acervo. Para além da construção de um acervo que promova a visibilidade das autorias de mulheres negras, as autoras supracitadas indicam atividades culturais (contação de histórias, clube de leitura, *slam*, *saraus* etc.) para estimular o conhecimento e leitura das obras de autoras como Maria Carolina de Jesus, Cidinha da Silva, Jarid Arraes, entre outras.

Além das ações citadas por Jesus, Moraes e Macedo (2018), a biblioteca requer da pessoa bibliotecária ferramentas para o trabalho com o debate étnico-racial. Sandra Fontes e Lourival Martins Filho (2018) sugerem práticas pedagógicas no exercício profissional bibliotecário que priorizem o contato com a diversidade cultural e étnico-racial e incentivo ao processo dialógico entre pessoa bibliotecária e pessoa receptora das práticas educacionais. Para isso, as pessoas autoras propõem a realização de projetos educacionais no contexto escolar que pautem o debate étnico-racial visando dirimir desigualdades, valorizar culturas diversas e proporcionar o aprendizado dos estudantes (FONTES; MARTINS FILHO, 2018). Ainda no ambiente escolar, Quedma Silva e Erinaldo Valério (2019) elucidam que as relações raciais

devem ser pautadas com crianças negras a partir de livros e recursos que proporcionem a valorização da identidade étnico-racial negra. Como desafio, apresentam nos resultados a falta de preparo das pessoas atuantes em bibliotecas para trabalhar com as questões étnico-raciais, assim como elencam lacunas nas ações das bibliotecas que debatam as relações étnico-raciais de forma apropriada. Para tanto, incentivam o olhar crítico bibliotecário para os recursos informacionais, ações e brincadeiras que estão dentro do contexto educacional, de forma a retirar quaisquer elementos que excluam o protagonismo social positivo da comunidade negra (SILVA; VALÉRIO, 2019).

Por fim, apontamos a terceira esfera que se refere à ausência das questões étnico-raciais na formação das pessoas bibliotecárias em cursos de Biblioteconomia brasileiros, conforme elencado nos estudos de Silva (2019a,b), Silva, Pizarro e Saldanha (2017), Santos e Valério (2018), Silva e Saldanha (2018) e Valério e Campos (2019). Os estudos supracitados demonstram que o ensino em Biblioteconomia nos mais diversos estados brasileiros se encontra aquém do necessário para a formação bibliotecária antirracista consciente dos aspectos históricos, culturais, sociais e informacionais das populações negras, assim como das consequências do racismo e do legado de desigualdades sociais e raciais propagadas desde o período escravista para essas populações. Ademais, a falta de preparo docente e profissional para atuar com as questões étnico-raciais se apresenta como desafio para que se construa uma *práxis* bibliotecária antirracista e comprometida com a justiça social. Dessa forma, para além do epistemicídio e da execução do princípio da ausência, tanto as universidades quanto as bibliotecas realizam o *apartheid* epistêmico, reflexão que pautaremos na seção a seguir.

3. Do *Apartheid* Epistêmico à Reparação epistêmica em Biblioteconomia e bibliotecas

Ao analisar as características éticas da operação de poder social nas interações epistêmicas, a filósofa Miranda Fricker (2007, p. 1, tradução nossa) teoriza a injustiça epistêmica considerando-a como um “mal feito a alguém especificamente em sua capacidade de conhecedor”. Nesse sentido, as relações epistêmicas podem se vincular a uma incoercível conexão com o poder e, sobretudo, como a desvantagem social – e, complementaríamos, a desvantagem racial – pode promover desvantagens epistêmicas injustas (FRICKER, 2007). Os bens epistêmicos – educação e informação – e sua distribuição injusta podem estar ou não ligados a algum tipo de ação discriminatória, o que a autora denomina de *injustiça epistêmica discriminatória*. Tal ramo da injustiça epistêmica é subdividido por Fricker (2007, 2012) em

duas categorias: injustiça testemunhal e injustiça hermenêutica. A primeira, *injustiça testemunhal*, ocorre quando uma pessoa que fala recebe um *déficit* de credibilidade devido ao preconceito de julgamento de quem a ouve. Como exemplo, a autora cita uma pessoa negra estar dirigindo um carro e ser parada pela polícia para revista. A revista a uma pessoa negra pode ter sido determinada pelo preconceito racial do policial, haja vista o baixo nível de credibilidade ao atribuir que a pessoa negra pode ser proprietária do veículo. Essa acreditação vai ter diversos níveis, a depender de quem é o orador e qual contexto o mesmo se encontra, o que garantirá ou não, a sua validação ou rejeição (FRICKER, 2007, 2013). Na segunda categoria, a *injustiça hermenêutica*, ocorre antes da atividade da comunicação. Ela acontece quando um sujeito “[...] hermenêuticamente marginalizado (isto é, pertence a um grupo que não tem acesso a igual participação na geração de significados sociais) é, portanto, colocado em desvantagem injusta quando se trata de dar sentido a uma área significativa de sua experiência social” (FRICKER, 2013, p. 1319, tradução nossa).

Nesse sentido, seguindo ainda nos caminhos da Epistemologia Social, a injustiça epistêmica discriminatória se vincula ao *apartheid* epistêmico, que se refere à segregação intelectual de conhecimentos oriundos de grupos étnico-raciais historicamente excluídos, especialmente aqueles situados fora dos muros das universidades, conforme aponta Reiland Rabaka (2010). É composto da união entre o racismo institucional, a colonização racial e as fronteiras disciplinares (questões de gênero, racial, religião, orientação sexual, classe social) que podem colaborar para que um conhecimento ganhe visibilidade ou seja excluído (epistemicídio) a partir de quem o produz. Essa teoria é oriunda dos Estudos Étnico-raciais e busca promover a consciência crítica sobre quais as tendências epistêmicas que encontram abertura para serem desenvolvidas no campo acadêmico, a partir de quais comunidades discursivas e concretizadas por quais relações de poder (RABAKA, 2010).

Em nossa reflexão, consideramos que *apartheid* epistêmico na Biblioteconomia – especificamente no ensino, atuação bibliotecária e nas bibliotecas – se constitui a partir das relações de poder que fazem parte do sentido político de ser uma pessoa bibliotecária. Primeiramente, quando pensamos numa pessoa bibliotecária que é docente de um curso de Biblioteconomia, entendemos que o conteúdo formativo inserido no currículo depende de diversos fatores: a) a ementa estabelecida no projeto político pedagógico; b) o pertencimento étnico-racial, classe social e experiência de vida da pessoa docente; c) o *lócus* epistêmico (ALMEIDA, 2019) da pessoa docente frente a seus pares; d) a consciência da pessoa docente para a justiça social, direitos de informação, contexto sócio-histórico e representatividade de

povos historicamente marginalizados, em especial negros e indígenas; e) o arcabouço teórico e influências teóricas nacionais e internacionais da pessoa docente ministrante da disciplina que fizeram parte ao longo de sua carreira acadêmica; f) a assimilação de ideologias raciais propagadas no contexto social, bem como ideais de meritocracia, democracia racial e hierarquia racial entre povos de diferentes origens étnico-raciais (SILVA, 2019a,b; 2020).

Quanto ao *apartheid* epistêmico dentro da biblioteca, este pode ser produzido a partir de alguns elementos, conforme elencados a seguir: a) a lacuna de aprendizado sobre diversidade étnico-racial de populações que compõem o Brasil durante a graduação; b) o desconhecimento sobre a comunidade que a biblioteca presta serviços e oferece recursos informacionais, bem como os grupos étnico-raciais e sociais que a compõe; c) a compreensão sobre aspectos históricos, sociais, educacionais e informacionais de populações que fazem parte da base social brasileira; d) conhecimento da produção científica, literária e intelectual de povos negros e indígenas e comunidades minoritárias; e) conhecimento sobre política de desenvolvimento de coleções para a justiça social e reparação epistêmica de povos excluídos dos espaços das bibliotecas; f) o arcabouço teórico e influências teóricas nacionais e internacionais da pessoa bibliotecária que fizeram parte ao longo de sua carreira acadêmica e/ou profissional; g) a assimilação de ideologias raciais propagadas no contexto social, bem como ideais de meritocracia, democracia racial e hierarquia racial entre povos de diferentes origens étnico-raciais (SILVA, 2019a,b; 2020).

No nosso entendimento, esses elementos não precisam necessariamente ser interligados entre si ou seguir uma linearidade. Podem agir de forma independente, a partir do contexto em que a pessoa docente se encontra e propagar o *apartheid* epistêmico no exercício docente de formação profissional bibliotecária. Podemos citar como exemplo do caso docente, o item *a* (ementa da disciplina) reproduzir uma falha ao deixar de sugerir a introdução de conteúdos ou autorias na disciplina que promovam conhecimentos negros, indígenas, de mulheres ou de população LGBTQIA+. Essa lacuna somada ao fato de a pessoa docente não ter influências e arcabouço teórico (item *e*) que direcionem sua consciência para reparação epistêmica desses grupos na disciplina do curso poderá trazer como consequência um contexto de ausência (princípio da ausência), epistemicídio, injustiça epistêmica e *apartheid* do conhecimento produzido por pessoas negras. Este último se dará, especificamente, pelas relações de poder e o poder que a pessoa docente possui ao decidir a partir de quais autoridades epistêmicas, vertentes e lentes teóricas irá conduzir a disciplina. Temos consciência, no entanto, de que o currículo oculto (ARAÚJO, 2018) faz parte do contexto de formação bibliotecária, mas

entendemos que o planejamento da inserção de conteúdos que promovam contra-narrativas de tais grupos pode ser melhor explorado no contexto de práticas educativas do que somente a citação ou indicação do material para estudos em sala de aula.

Aqui, podemos apontar um exemplo de cenário em bibliotecas onde uma pessoa bibliotecária que acredita na democracia racial entre povos e grupos étnico-raciais, assim como na meritocracia como base para desenvolvimento econômico e social, irá se ausentar de introduzir recursos informacionais para as populações negras, pois entende que assim estará privilegiando este referido grupo. Esse elemento é propagador do *apartheid* epistêmico, pois deixa de olhar criticamente para o histórico das bibliotecas e da Biblioteconomia como propagadora do pensamento racial branco (HONMA, 2005) para exercer o poder de excluir conhecimentos não-europeus, a partir de ideais criados por grupos raciais dominantes. Nesse sentido, a falta de informação disponibilizada em caráter de equidade entre diferentes grupos sociais e raciais se reflete nos processos de decisão, modo de agir, acesso a direitos, bens e serviços afetando o bem-estar e qualidade de vida desses sujeitos vulnerabilizados (MEDEIROS; PRESSER, 2020). Para que se consiga atender às necessidades informacionais de forma equitativa, a conduta adotada é aquela direcionada para a justiça epistêmica (FRICKER, 2013) e reparação epistêmica, tendo como base as justiças social, racial e informacional (FRASER, 2006; MEHRA; ALBRIGTH; RIOUX, 2007; MEHRA, 2015; MATHIESEN, 2015), todas as áreas de estudos da Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Inspirados na concepção de reparação taxonômica de Melissa Adler (2016), estabelecemos o conceito de *reparação epistêmica* como a recuperação, organização, disponibilização e acesso de conhecimentos científicos e literários oriundos de grupos étnico-raciais negros, indígenas e outros colocados em lugares de subordinação epistêmica dentro das sociedades. Nesse diálogo, entendemos que a justiça social vai além de oportunidades iguais para todas as pessoas, ela se concretiza na luta pelo desenvolvimento pleno das pessoas a partir de estruturas, políticas e sistemas que possibilitem ações, serviços, produtos mais justos para o exercício cidadão. Dessa forma, a justiça social possibilita aos sujeitos que consigam aprender, criar, inovar e compartilhar conhecimentos uns com os outros com o intuito de transformar as sociedades que fazem parte (BRITZ; PONELIS, 2012). Enquanto isso, a justiça racial é compreendida como aquela que visa a eliminação de preconceitos de raça que colocam os grupos racializados como negros, indígenas e outros grupos étnico-raciais em lugares de marginalização, privação e exploração (FRASER, 2001), enquanto a justiça informacional atua na distribuição e tratamento justos de informações, considerando as pessoas e as comunidades

como fontes de informação e sujeitos de informação (MATHIESEN, 2015). Partindo desse entendimento, iremos propor três estratégias para formação e atuação bibliotecária no contexto brasileiro que consideramos importantes para a reparação epistêmica de populações negras em bibliotecas e cursos de formação profissional, as quais apresentaremos a seguir.

3.1 Formação para as relações étnico-raciais por meio da Pretagogia

No nosso entendimento é impossível atuar de forma antirracista sem ser treinado para ser antirracista dentro de uma sociedade racista. Nesse sentido, para que possamos ter profissionais antirracistas, um dos primeiros passos é que os cursos de graduação em Biblioteconomia preparem e conscientizem os futuros profissionais para atuarem de forma crítica, posicionada e contextualizada a respeito das relações étnico-raciais e a história e culturas afros.

Uma das alternativas para fornecer essa formação é partir de uma metodologia de ensino que esteja embasada em valores de povos de origem africana como, por exemplo, a Pretagogia, criada por Sandra Petit. Uma das primeiras inferências da Pretagogia está na diferença entre a escrita e o saber. Tierno Bokar citado por Hampâtê Bâ (1982, p. 181) informa que a escrita é entendida como a “fotografia do saber, mas não o saber em si”. Enquanto isso, o saber é “uma luz” existente nos sujeitos com a herança de saberes advinda dos seus ancestrais, os quais transmitiram seus conhecimentos por meio da oralidade.

Nesse entendimento, como contra-narrativa aos discursos que inferiorizam as sociedades de tradição oral por não priorizarem a escrita quando em comparação às sociedades ocidentais modernas, essa metodologia empenha a tradição oral – que figura como testemunho a ser transmitido verbalmente entre gerações – como uma das formas de transmissão de conhecimentos em sala de aula (PETIT, 2015). Embora no ocidente exista uma desvalorização da tradição oral quando em comparação com a escrita, para Petit (2015, p. 109) não existe uma “distinção total entre literatura escrita e oral, é mais de grau do que de gênero”. Embasada em elementos da cosmovisão africana, a Pretagogia pode ser definida como “pedagogia de preto, para preto e branco” (SILVA, 2013, p. 62) e promove a formação de profissionais – neste caso, de pessoas bibliotecárias – com base em uma abordagem afrocentrada visando trazer uma outra ótica de combate ao racismo e à discriminação. Sua ligação com a cosmovisão africana está em considerar elementos particulares das populações negras de forma conceitual e filosófica.

Assim, a “Pretagogia se alimenta dos saberes, conceitos e conhecimentos de matriz africana, o que significa dizer que se ampara em um modo particular de ser e de estar no mundo” (PETIT, 2015, p. 120).

Na esteira de uma docência transgressora do padrão hegemônico, a criação de disciplinas específicas nos cursos sobre questões étnico-raciais e história da África e dos africanos na diáspora promove o aprendizado sobre aspectos epistemológicos, conceituais, contribuições e *práxis* oriundos de movimentos como a Biblioteconomia Negra, Biblioteconomia Crítica e Radical, Biblioteconomia Progressista e outras vertentes do campo (SILVA; SALDANHA, 2019; SILVA, 2020), bem como permite a apreensão sobre o contexto histórico e social que demanda posicionamentos e ações antirracistas na sociedade brasileira.

Silva (2019a,b, 2020), Lima e Silva (2018) e Silva e Saldanha (2018) sugerem a introdução de conhecimentos em disciplinas como Fundamentos da Biblioteconomia, Introdução à Biblioteconomia, Fundamentos da Organização do Conhecimento e Introdução ao pensamento filosófico e científico, das discussões sobre Afrocentricidade (NASCIMENTO, 2009; GOMES, 2016), estudos históricos, teóricos e epistemológicos sobre raça e racismo em instrumentos de organização e representação da informação e do conhecimento, assim como o estudo da biobibliografia (MATA, 2020) de pessoas bibliotecárias negras e os produtos e processos criados por elas (AQUINO; SANTANA, 2010; SILVA, 2018). Esses conteúdos devem estar evidentes nas ementas e bibliografias, nos planos de ensino e no projeto político pedagógico dos cursos, permitindo aos estudantes o acesso a narrativas oriundas de grupos étnico-raciais não-brancos, fortalecendo a luta antirracista no combate ao *apartheid* epistêmico e ao epistemicídio do conhecimento negro. (GARCÊS; GARCEZ; SILVA, 2022)

Ainda na formação bibliotecária, entendemos que uma estratégia de propagação de uma formação política orientada para a luta antirracista é o incentivo para que estudantes pesquisem em seus trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado abordando as questões étnico-raciais, aspectos históricos, sociais, educacionais e políticos, assim como a contribuição da informação para a população negra. Projetos com enfoque em treinamentos do uso das normas da ABNT e normalização de trabalhos, apresentação de programas de apoio à permanência estudantil, metodologias para escrita de artigos, resenhas e demais trabalhos acadêmicos solicitados pelos docentes nas disciplinas, preparação para concursos ou ingresso na pós-graduação são algumas das ideias de projetos que podem ser

oferecidos visando o fortalecimento da comunidade de discentes e, em especial, aos discentes em situação de vulnerabilidades.

Ademais, para o estreitamento das relações com a comunidade e a ascensão de identidades étnico-raciais positivadas indicamos a criação de projetos de extensão gestados e geridos por docentes dos cursos de Biblioteconomia com intuito de incentivar o debate étnico-racial, instigar a reflexão crítica sobre as esferas do poder e suas relações dentro dos espaços de informação.

3.2 Acervo para a justiça informacional e reparação epistêmica

A construção de acervos para reparação epistêmica e representatividade da população negra é o enfoque de pesquisas que refletem sobre a prática profissional em diversos contextos, como as bibliotecas escolares (FONTES; MARTINS FILHO, 2018; CARDOSO, 2020), as bibliotecas universitárias (VIEIRA; VALÉRIO, 2020), e a construção de acervos digitais (CAMPOS; VALÉRIO, 2021) que busquem combater as injustiças informacionais propagadas sobre o povo negro brasileiro e africano da diáspora.

As políticas de desenvolvimento de coleções devem estar orientadas para a construção de um acervo pluridiverso, que englobe obras escritas por pessoas negras, indígenas, população LGBTQIA+ e incentive a representatividade dessas populações e grupos invisibilizados nos acervos das bibliotecas. Entendemos ainda ser necessário considerar outras formas de transmissão do conhecimento e informação em bibliotecas tendo como base elementos culturais, sociais e históricos das populações negras como a oralidade (SILVA, 2013), o *rap* (TELLA, 2000) e o *funk* (SILVA JÚNIOR, 2019), por exemplo. Elementos culturais como estes auxiliam na construção de identidade étnico-racial positivada e representatividade da população negra nos espaços informacionais (GARCÊS; GARCEZ; SILVA, 2022).

Ademais, os acervos antirracistas devem permitir o acesso às informações que tragam contra-narrativas aos discursos dominantes os quais propagam *fake news*, intolerância e o preconceito sobre o povo negro. Como exemplo, podemos citar informações sobre religiões de matriz africana, como a umbanda (SILVA, 2018) e calundu (DAIBERT, 2015), as quais são diuturnamente criminalizadas pelo discurso das elites dominantes propagado nos meios de comunicação em massa, estes últimos influenciadores do imaginário sobre religiões de origem africana na sociedade brasileira (GARCÊS; GARCEZ; SILVA, 2022).

Por fim, acervos antirracistas devem ser criados para atender às necessidades de informação de comunidades quilombolas (LAURINDO; PIZARRO, 2021), movimentos dos trabalhadores rurais sem-terra (BASTOS, 2018), comunidades ribeirinhas (SIQUEIRA, 2019), dentre outras populações que estão fora dos espaços urbanos e possuem dificuldades de acesso à informação. Todas essas ações podem ser aliadas no empoderamento intelectual da população negra vulnerabilizada, assim como permitirão a criação de vínculos da população negra e outros grupos étnico-raciais historicamente excluídos das bibliotecas.

Reiteramos que para alcançarmos a justiça social e informacional essas populações devem ser consideradas não só sujeitos que buscam a informação, mas também fontes de informação (MATHIESEN, 2015). Dessa forma, são capazes de colaborar na construção de bibliotecas e na composição de um acervo antirracista e pluridiverso que atenda às suas necessidades de informação (GARCÊS; GARCEZ; SILVA, 2022).

3.3 Informação e o Pretuguês: representação e recuperação da informação via linguagem afrodiáspórica

Entendemos que as línguas humanas sofrem mudanças e permanecem ativas ou não por vontade dos seus falantes, os quais são quem as hospedam, as (re)criam e adaptam dependendo da necessidade de comunicação em determinado contexto. No Brasil, não foi diferente. Além de processos históricos que trouxeram diversos povos oriundos de várias partes do globo, com eles vieram seus dialetos e línguas regularmente utilizadas em seus processos comunicativos. Essa ecologia da língua(gem) moldou estruturas sociais que interferem nas vivências dos sujeitos a depender dos lugares e da posição de poder em que se encontram nas sociedades. (MUFWENE, 2016; CERQUEIRA, 2020).

O bibliotecário David James Hudson (2017, p. 216, tradução nossa) infere que a “eliminação, expulsão e exploração de línguas tidas como ininteligíveis e desordenadas há muito aparecem como estratégias variadas na manutenção das ordens supremacistas brancas”. Nesse sentido, a eliminação das línguas e outras formas de expressão de povos colonizados representam a estratégia-chave no genocídio e apagamento empreendidos pela colonização (HUDSON, 2017).

No Brasil, os povos de ascendência africana tiveram seus dialetos e línguas “mortas” pelos processos de colonização, escravidão e racismo linguístico (NASCIMENTO, 2019)

propagados pelo colonizador. Entretanto, o português brasileiro não passou ileso de ser influenciado e modificado pelas culturas e línguas africanas dentro das situações de contato linguístico (CERQUEIRA, 2020).

A ativista e intelectual brasileira, Lélia Gonzáles (1984) promoveu o debate das influências da oralidade africana na língua falada e escrita no contexto do nosso país. Dentre suas abordagens defendia o uso do *pretuguês*, língua característica da cultura brasileira oriunda da união entre o português do colonizador e a mistura dos idiomas do continente africano como o *bantu*, *quimbundo*, *ambundo*, entre outros. Essa união está no modo de falar e se expressar das populações negras brasileiras, que ao invés de falarem “problema” conforme infere a norma ortográfica brasileira irá dizer “pobrema” devido ao seu aprendizado com seus pais e avós africanos (SANTOS, 2021; GARCÊS; GARCEZ, SILVA, 2022).

Quando pensamos a profissão bibliotecária brasileira, a linguagem e os processos de representação da informação enfatizamos a importância dessa ação decolonial que desiste de usar a lógica colonial de escrita para considerar o *pretuguês* no momento de realização de ações diárias da profissão como, por exemplo, o processamento técnico dos recursos informacionais do acervo. O uso do *pretuguês* não requer a retirada da norma ortográfica brasileira, somente solicita a inserção do mesmo para que o processo de recuperação da informação se torne mais justo e representativo da linguagem negra falada pela maioria da população brasileira. (GARCÊS; GARCEZ, SILVA, 2022).

Justificamos essa estratégia ao entender que o paradigma dominante não representa o legado linguístico de povos que foram escravizados/colonizados. Ressaltamos o quanto é fundamental perceber que a linguagem dominante pode ser utilizada como forma de manutenção de poder, uma vez que exclui indivíduos que foram apartados das oportunidades de um sistema educacional justo. A depender da forma como é utilizada, a linguagem pode ser uma barreira ao entendimento e criar mais espaços de poder em vez de compartilhamento, além de ser um – entre tantos outros – impeditivo para uma educação antirracista.

4. Considerações finais

Ao decorrer do texto, dialogamos sobre como o racismo moldou e transformou as relações de poder e de aprendizagem no contexto biblioteconômico-informacional. Nesse sentido, buscamos refletir sobre o estado de morte e exclusão do conhecimento negro nas bibliotecas, universidades e formação bibliotecária a partir de três conceitos principais: o princípio da ausência (KILOMBA, 2020), o *apartheid* epistêmico (RAKABA, 2010) e o epistemicídio (CARNEIRO, 2005) do conhecimento de e para pessoas negras e da diáspora africana nesses espaços. Basicamente esses três elementos atuam conjuntamente para a excluir epistemes, conhecimentos e demais representações simbólicas, materiais e informacionais nos acervos das bibliotecas, no currículo e atuação profissional, seja por desconhecimento ou por discordância com os saberes produzidos pelos sujeitos colonizados. Nessa perspectiva, os dessemelhantes à lógica de padrão colonial de poder – que estabelece as relações e os modos de ser, estar e viver no mundo – são epistemológica, simbólica e literalmente exterminados e/ou excluídos dos espaços de saber, seja como autoridades de saber, do status de pesquisador de debates étnico-raciais ou de estudante dos cursos oferecidos nas universidades.

Dos currículos às práticas docentes em Biblioteconomia, das bibliotecas aos seus acervos, todos encontram-se imbricados à ideologia da supremacia branca, a qual supõe todo e qualquer saber produzido por aqueles que sofreram com a colonização como saberes inferiores e, portanto, advindo de seres incapazes de produzir conhecimento.

Por isso, como pessoas bibliotecárias, não podemos nos eximir de abordar o racismo e suas facetas na profissão e bibliotecas utilizando o carimbo da neutralidade profissional e/ou epistêmica. Para combater tais injustiças e promover a reparação epistêmica do conhecimento de e sobre pessoas negras e da diáspora, sugerimos três estratégias: a) *Formação para as relações étnico-raciais por meio da Pretagogia*: o uso de metodologia pedagógica elaborada de “preto para preto e branco” nos currículos e disciplinas possibilita a inclusão de valores elementares para a ligação das populações negras com suas ancestralidade, cosmovisão e saberes, assim como oportuniza às populações não-negras a informação para destruição do racismo e preconceitos; b) *Acervo para a justiça informacional e reparação epistêmica*: o acervo deve ser informacionalmente representativo para construção identitária positivada e o conhecimento das histórias, culturas, memórias e sociabilidades das populações de origem africana, considerando, inclusive, o uso da oralidade como uma das formas de acesso à informação e aprendizagem; c) *Informação e o Pretuguês: Representação e recuperação da*

informação via linguagem afrodiaspórica, na qual retomamos a estratégia do pretuguês, de Lélia González, para representar e recuperar a informação, assim como estabelecer vínculos entre a biblioteca e a população de origem africana utilizando seus modos de escrita e fala.

Esperamos que esta reflexão amplifique os modos de pensar a formação bibliotecária, a biblioteca e a atuação profissional para o combate às injustiças epistêmicas e hierarquias entre conhecimentos presentes no mundo ocidental, de modo a atuarmos criticamente na inclusão da diversidade epistêmica (CARVALHO, 2018), especialmente, na perspectiva de confronto às narrativas que buscam a exclusão de sujeitos invisibilizados na profissão e campo de estudos.

Agradecimentos

A primeira autora agradece à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa de pesquisa de doutorado.

Referências

ADLER, M. The case for taxonomic reparations. **Knowledge Organization**, Edmonton, v. 43, n. 8, p. 630-640, 2016.

ALMEIDA, T. **Os loci epistêmicos e o método analítico como forma de compreensão do ensino e da pesquisa em organização do conhecimento no Brasil do século XXI**. 430 f. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2019.

AQUINO, M. A.; SANTANA, V. A. Entre a informação e o conhecimento, imbricam-se tensas relações para inclusão de negros na sociedade contemporânea. **Inclusão Social**, Brasília, v. 4, n. 1, 2010.

ARAÚJO, V. P. C. O conceito de currículo oculto e a formação docente. **REAE: Revista de Estudos Aplicados em Educação**, São Caetano do Sul, v. 3, n. 6, p. 29-39, jul./dez. 2018.

BÂ, A. H. A tradição viva. In: KI-ZERBO, J. **História geral da África**. São Paulo: Ática, 1982. p. 181-218.

BASTOS, P. N. Desafios políticos e dialógicos ao projeto de reforma agrária popular do movimento dos trabalhadores rurais sem terra. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, São Cristóvão, v. 20, p. 220-235, 2018.

BONILLA-SILVA, E. **Racismo sem racistas: o racismo da cegueira da cor e a persistência da desigualdade na América**. São Paulo: Perspectiva, 2020.

BRITZ, J. J.; PONELIS, S. Social justice and the international flow of knowledge with specific reference to African scholars. **Aslib Proceedings**, Bingley, v. 64, n. 5, p. 462-477, 2012.

CAMPOS, A. F.; VALÉRIO, E. D. Aya biblioteca: investigação para a encontrabilidade da informação étnico-racial. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 8, n. 2, p. 105-120, 2021.

CARDOSO, F. C. **O negro na biblioteca**: mediação da informação para a construção da identidade negra. Curitiba: CRV, 2015. 114 p.

CARDOSO, L. Branquitude acrítica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Manizales, v. 8, n. 1, p. 607-630, ene./jun. 2010.

CARDOSO, V. F. A. Práticas antirracistas: biblioteca escolar como espaço de emancipação cidadã a partir das leis 10.639/03 e 11.645/08. In: SILVA, F. C. G. (org.). **Bibliotecári@s negr@s**: pesquisas e experiências de aplicação da Lei 10.639/2003 na formação bibliotecária e bibliotecas. Florianópolis: Rocha; Nyota, 2020.

CARNEIRO, S. A. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARVALHO, J. J. Encontro de Saberes e descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

CERQUEIRA, F. O. O pretoguês como comunidade de prática: concordância nominal e identidade racial. **Traços de Linguagem**, Cáceres, v. 4, n. 1, p. 75-88, 2020.

CHIU, A.; ETTARH, F. M.; FERRETTI, J. A. Not the shark, but the water: how neutrality and vocational awe intertwine to uphold white supremacy. In: LEUNG, S. Y.; LOPEZ-MCKNIGHT, J. R. (org.). **Knowledge Justice**: disrupting library and information studies through critical race theory. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 2021. p. 49-71.

COATES, T-N. **Between the world and me**. New York: Spiegel & Grau, 2015.

CURVO, L. F. S. A biblioteca escolar na perspectiva da promoção da igualdade racial. **Revista Bibliomar**, São Luís, v. 20, n. 1, p. 106-130, 2021.

DAIBERT, R. A religião dos bantos: novas leituras sobre o calundu no Brasil colonial. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 7-25, jan.-jun. 2015.

DE CLERCQ, D.; SARIDAKIS, G. Informational injustice with respect to change and negative workplace emotions. **Journal of Organizational Effectiveness: People and Performance**, Bingley, v. 2, n. 4, p. 346-369, 2015.

DELGADO, R.; STEFANCIC, J. **Teoria crítica da raça**: uma introdução. São Paulo: Contracorrente, 2021.

FERREIRA, G. D; MACHADO, E. C. A biblioteca pública e a promoção da cultura e identidade de remanescentes quilombolas: o projeto Pontos de Leitura Ancestralidade Africana no Brasil. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 19., 2018, Marília. **Anais** [...]. Marília: UNESP, 2018.

FLEURI, R. M. Desafios à educação intercultural no Brasil. **PerCursos**, Florianópolis, v. 2, n. 0, p. 1-14, set. 2001.

FONTES, S. R.; MARTINS FILHO, L.J. Práticas pedagógicas em educação das relações étnico-raciais nas bibliotecas escolares. *In: SILVA, Franciéle C. Garcês da; LIMA, Graziela S. (org.). Bibliotecári@s negr@s: ação, pesquisa e atuação política*. Florianópolis: ACB, 2018. p. 295-318.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 15, n. 14-15, p. 231-239, 2006.

FRASER, N. Recognition without ethics? **Theory, Culture & Society**, [s.l.], v. 18, n. 2-3, p. 21-42, 2001. Doi: <https://doi.org/10.1177/02632760122051760>

FRICKER, M. **Epistemic injustice: power and the ethics of knowing**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

FRICKER, M. Epistemic justice as a condition of political freedom? **Synthese**, [S. l.], v. 190, n. 7, p. 1317-1332, may 2013.

GARCÊS, F. C.; GARCEZ, D. C.; SILVA, L. K. R. Black librarians and racial and informational justice for the Brazilian black population. *In: BLACK, K.; MEHRA, B. (ed.). Antiracist Library and Information Science: Racial Justice and Community*. Bingley: Emerald, 2022. (no prelo)

GHANI, N. Racism. *In: SCHAEFER, R. T. (ed). Encyclopedia of race, ethnicity, and society*. London: SAGE, 2008. p. 1113-1115.

GOMES, E. Afrocentricidade: discutindo as relações étnico-raciais na biblioteca. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 738-752, ago./nov., 2016.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, [s.l.], p. 223-244, 1984.

HONMA, T. Foreword. *In: SCHLESSELMAN-TARANGO, G. (Ed.). Topographies of whiteness: mapping whiteness in Library and Information Science*. Sacramento: Library Juice Press, 2017. p. 79- 98.

HONMA, T. Introduction to part I. *In: LEUNG, S. Y.; LOPEZ-MCKNIGHT, J. R. (org.). Knowledge justice: disrupting library and information studies through critical race theory*. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 2021. p. 45-48.

HONMA, T. Trippin’ over the color line: the invisibility of race in library and information studies. **InterActions: UCLA Journal of Education and Information Studies**, [S. l.], v. 1, n. 2, 2005.



HUDSON, D. J. H. The whiteness of practicality. In: SCHLESSELMAN-TARANGO, G. (ed.). **Topographies of Whiteness: mapping whiteness in library and information studies**. Sacramento: Library Juice, 2017. p. 203-234.

JESUS, A. C. S.; MORAES, I.; MACEDO, L. H. S. A importância da inclusão de obras de escritoras negras nos acervos das bibliotecas públicas municipais do estado de São Paulo. In: SILVA, F. C. G.; LIMA, G. S. (org.). **Bibliotecári@s negr@s: ação, pesquisa e atuação política**. Florianópolis: ACB, 2018. p. 319-348.

KEHL, R. F. Conferencia de propaganda eugênica. **Annaes de Eugénia**, [S. l.], p. 67-79, 1919.

KEHL, R. F. **Eugénia e medicina social: problemas da vida**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1923.

KILOMBA, G. Fanon, existência, ausência: Prefácio. In: FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu, 2020.

LAURINDO, K. R.; PIZARRO, D. C. Memória e resistência: a história do Quilombo Vidal Martins. In: ENCONTRO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIAS(OS) NEGRAS(OS) E ANTIRRACISTAS, 2., 2021, Belo Horizonte. **Anais [...]** Belo Horizonte: UFMG, 2021.

LIMA, G. S.; SILVA, F. C. G.; COSTA, A.; SILVA, A. S.; SOUZA, G. K. S. Africanizando os acervos: política de gestão de acervos para bibliotecas especializadas na temática afro-brasileira e africana. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, n. 3, v. 14, p. 88-103, 2018.

MACIEL, M. E. S. A eugenia no Brasil. **Anos 90**, [S. l.], v. 7, n. 11, p. 121-130, 1999.

MATA, D. X. **Uma arqueologia do discurso biobibliográfico: um percurso dos dicionários biográficos da renascença às plataformas biobibliográficas contemporâneas**. Dissertação (Mestrado) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

MATHIESEN, K. Informational justice: a conceptual framework for social justice in library and information services. **Library Trends**, Illinois, v. 64, n. 2, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1353/lib.2015.0044>.

MEDEIROS, F. G. G.; PRESSER, N. H. Informação e inclusão social: perspectivas possíveis. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 7, n. 1, p. 19-33, jan./abr. 2020.

MEHRA, B. Social Justice in Library and Information Science and Services. **Library trends**, Illinois, v. 64, n. 2, p. 179-197, 2015.

MEHRA, B.; ALBRIGHT, K. S.; RIOUX, K. A Practical framework for social justice research in the information professions. **Proceedings of the American Society for Information Science and Technology**, [s.l.], v. 43, n. 1, p. 1-10, 2007.

MILES, R.; BROWN, M. **Racism**. Londres: Taylor & Francis e-Library, 2004.

MILLER, D. **Principles of social justice**. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

MUFWENE, S. Ecologia da língua: algumas perspectivas evolutivas. **Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 21-38, 2016.

MUNANGA, K. Racismo: da desigualdade à intolerância. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 51-54, abr./jun. 1990.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NASCIMENTO, E. L. **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.

NASCIMENTO, G. Entre o lócus de enunciação e o lugar de fala: marcar o não-marcado e trazer o corpo de volta na linguagem. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 60 n. 1, p. 58-68, jan./abr. 2021.

NASCIMENTO, G. **Racismo linguístico**: os subterrâneos da linguagem e do racismo. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

OLIVEIRA, R. J. Segregação racial, territórios negros e saúde mental. **ODEERE**, Jequié, v. 2, n. 4, p. 84-109, 2017.

PETIT, S. H. **Pretagogia**: pertencimento, corpo-dança afro ancestral e tradição oral. Fortaleza: EdUECE, 2015.

POMPEU, F. (ed.). **Os efeitos psicossociais do racismo**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto AMMA Psique e Negritude, 2008.

PYATI, A. K. Critical theory and information studies: a Marcusean infusion. **Policy Futures in Education**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 83-89, 2006.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y America Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO/UNESCO, 2000.

RABAKA, R. **Against Epistemic Apartheid**: W. E. B. Du Bois and the disciplinary decadence of sociology. Lanham, Maryland: Lexington Book, 2010.

SANTANA, V. A.; AQUINO, M. A. A responsabilidade social e ética e a inclusão de afrodescendentes em discursos de profissionais da informação em universidade pública. **Biblionline**, [S. l.], v. 5, n. 1/2, p. 1-24, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice**. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, J. L. C. A. O Pretuguês e a internacionalização da língua e da cultura brasileira - afinal, que língua queremos internacionalizar? **Cadernos de Linguística**, [S. l.], v. 2, n. 2, e371, 2021.

SANTOS, R. F.; VALÉRIO, E. D. O ensino das práticas de organização e tratamento da informação étnico-racial e sobre diversidade de gênero frente à formação do(a) bibliotecário(a). **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, São Cristóvão, v. 5, n. Especial, p. 14-23, 2018.



SCHUCMAN, L. V. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 26, n.1, p. 83-94, 2014.

SILVA JÚNIOR, J. F. **Identidade negra e mediações da informação (étnico-racial) em blogs de funk**. 2019. 238 f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro; Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, A. C. E.; BERNARDINO, M. C. R.; SILVA, J. História e cultura afro-brasileira: um olhar sobre a lei 10639/2003 nas bibliotecas escolares. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, n. 2, p. 1-16, 2014.

SILVA, F. C. G. A inserção das temáticas africana e afro-brasileira e o ensino de Biblioteconomia: avaliação em Instituição de Ensino Superior de Santa Catarina. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, p. 144-182, 2019b.

SILVA, F. C. G. Colonialidade do saber e dependência epistêmica na biblioteconomia: reflexões necessárias. In: DUQUE-CARDONA, N.; SILVA, F. C. G. **Epistemologias Latino-americanas em Biblioteconomia e Ciência da Informação**: contribuições da Colômbia e do Brasil. Florianópolis: Rocha; Nyota, 2020.

SILVA, F. C. G. **Representações sociais acerca das culturas africana e afro-brasileira na educação em Biblioteconomia no Brasil**. 2019. 521 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2019a.

SILVA, F. C. G.; GARCEZ, D. C.; SILVA, R. A. Conhecimento das margens: da injustiça epistêmica à valorização do conhecimento negro em Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Revista ACB: Biblioteconomia em SC**, Florianópolis, v. 27, n. 1, p. 1-19, 2022.

SILVA, F. C. G.; PIZARRO, D. C.; SALDANHA, G. S. As temáticas africana e afro-brasileira em biblioteconomia e ciência da informação. **Tendências da Pesquisa em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 10, p. 1-21, 2017.

SILVA, F. C. G.; SALDANHA, G. S. As culturas africanas e afrodescendentes em Biblioteconomia & Ciência da Informação no Brasil: epistemologia histórica, pensamento crítico e meio social. In: SPUDEIT, D. F. A. O.; PEREIRA, D. B.; LOBÃO, I. S. L.; DAVID, J. G. (Org.). **Formação e atuação política na Biblioteconomia**. São Paulo: ABECIN Editora, 2018.

SILVA, F. C. G.; SALDANHA, G. S. Biblioteconomia negra brasileira: caminhos, lutas e transformação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 1-24, 2019.

SILVA, G. C. **Pretagogia**: construindo um referencial teórico-metodológico de matriz africana para a formação de professores/as. 2013. 243 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

SILVA, M. F. **A questão da representação das religiões de matriz africana na CDD**: uma análise crítica da umbanda. 2018. 220 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2018.

SILVA, Q. R.; VALÉRIO, E. D. A biblioteca escolar na luta cona o racismo. *In*: SILVA, F. C. G.; LIMA, G. S. (org.). **Bibliotecári@s Negr@s**: informação, educação, empoderamento e mediações. Florianópolis: Rocha, 2019. p. 183-198.

SILVA, R. P. Trauma Cultural e sofrimento social: do banzo às conseqüências psíquicas do racismo para o negro. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2017, Brasília. **Anais [...]** Brasília: UnB, 2017.

SIQUEIRA, T. G. S. Ação cultural de mediação de leitura em comunidades ribeirinhas no estado do Amazonas: relato de experiência da expedição barco biblioteca. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, p. 68-83, 2019.

SOUSA, M. A.; ALBUQUERQUE, M. E. B. C. Informação étnico-racial: proposta de glossário sob a égide da Semântica Discursiva. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, [S. l.], n. 1, v. 10, p. 95-104, 2015.

TANUS, G. F. S. C.; TANUS, G.; OLIVEIRA, F. F.; ALVES, G. P.; SANTIAGO, M. A.; GOMES, M. V. S. J.; SILVA, S. S.; OLIVEIRA, S. G. T. A literatura afro-brasileira no Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas da Bahia. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 16, p. 1-24, 2020.

TANUS, G.; TANUS, G. F. S.C. Onde estão os autores e autoras negras? a literatura afro-brasileira nos acervos das bibliotecas públicas brasileiras. **Diacrítica**, Braga, v. 34, n. 2, p. 249-263, 2020.

TELLA, M. A. P. **Atitude, arte, cultura e autoconhecimento**: o rap como voz da periferia. 2000. 237 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

VALÉRIO, E. D.; BERNARDINO, M. C. R.; SILVA, J. A produção científica sobre os (as) negros nos ENANCIBs sob um olhar cientométrico. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 2, 2012.

VALÉRIO, E. D.; CAMPOS, A. F. Educação antirracista no ensino da Biblioteconomia. **Revista Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte, v. 5, n. esp., p. 118-126, 2019.

VASCONCELOS, F. A. Filosofia ubuntu. **Logeion**: filosofia da informação, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 100-112, 2017. DOI: 10.21728/logcion.2017v3n2.p100-112.

VIEIRA, S. C.; VALÉRIO, E. D. Mapeando o acervo bibliográfico para uma agenda antirracista. *In*: SILVA, F. C. G. (org.). **Bibliotecári@s negr@s**: pesquisas e experiências de aplicação da Lei 10.639/2003 na formação bibliotecária e bibliotecas. Florianópolis: Rocha; Nyota, 2020.

Artigo submetido em: 26 jan. 2022.

Artigo aceito em: 24 maio 2022.